

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social – fundamentos

CONTRIBUIÇÃO MOURIANA PARA COMPREENSÃO DO PAPEL DAS COMUNIDADES DE TERREIROS DE MATRIZ AFRICANA NA RESISTÊNCIA AO COLONIALISMO IMPERIALISTA

LEONARDO PATRÍCIO DE BARROS¹

CLEILTON PAZINI SANTANA²

RESUMO

O estudo apresentado busca analisar as comunidades de terreiro enquanto grupos específicos na sociedade brasileira conforme categoria cunhada por Moura (2019, 2021), focando na resistência ao racismo religioso e à dominação capitalista. Utilizando uma abordagem dialética, a pesquisa baseia-se em uma análise crítica de literatura sobre a importância das religiões de matrizes africanas na preservação da identidade cultural e religiosa negra. O estudo também investigou como essas comunidades enfrentam desafios impostos pela sociedade capitalista, utilizando estratégias de resistência para preservar suas tradições e reafirmarem-se diante das adversidades.

Palavras-chave: Clóvis Moura; racismo religioso; classes sociais.

ABSTRACT

This study seeks to analyze the terreiro communities as specific groups in Brazilian society, according to the category coined by Moura (2019, 2021), focusing on their resistance to religious racism and capitalist domination. Using a dialectical approach, the research is based on a critical analysis of the literature on the importance of religions of African origin in preserving black cultural and religious identity. The study also investigates how these communities face challenges imposed by capitalist society, using resistance strategies to preserve their traditions and reaffirm themselves in the face of adversity.

Keywords: Clóvis Moura; religious racism; social classes.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

² Universidade Federal do Espírito Santo

INTRODUÇÃO

O estudo das relações raciais no Brasil, especialmente no que tange aos limites e aproximações entre raça e classe social, é fundamental para entender as dinâmicas de opressão e resistência presentes na sociedade brasileira. Assim sendo, a partir da categoria “grupos específicos e diferenciados”, conforme proposta por Clóvis Moura, este trabalho busca aprofundar a análise das comunidades de terreiro de matriz africana como manifestações de resistência e organização dentro da classe trabalhadora negra.

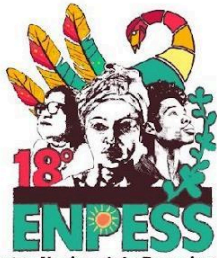
Moura, ao reinterpretar alguns debates do campo marxista, destaca que a questão racial não pode ser dissociada da questão social, argumentando que grupos específicos, como os negros no Brasil, desenvolvem formas próprias de resistência cultural e social em resposta à sua posição de marginalização e à tentativa de apagamento de suas identidades.

Com base nessa perspectiva, partindo-se de raciocínio dialeticamente orientado e utilizando-se principalmente de revisão de literaturas pertinentes sobre a temática explorada, este estudo se propõe a explorar como as religiões afro-brasileiras operam como núcleos de resistência e preservação cultural, enfrentando tanto as pressões da sociedade capitalista quanto o racismo religioso.

GRUPOS ESPECÍFICOS E DIFERENCIADOS: UMA CATEGORIA MOURIANA

O debate que aqui se propõe parte da compreensão de que o estudo da questão racial não deve ser apartado de um estudo sobre classes sociais. Ou seja, a questão racial é parte constitutiva da questão social, e não apenas uma expressão de ordem culturalista. Destaca-se sobre esse ponto que, enquanto estudos clássicos sobre a tensão de classes baseavam-se na oposição de, especialmente ou principalmente, duas classes distintas (proletariado vs. burguesia), conceitos mais recentes sobre classes sociais tendem a reconhecer que uma classe pode subdividir-se. Nesse sentido, Clóvis Moura (2019), apoiado no marxismo, compreende que uma classe pode subdividir-se “em si e para si”. Isso ocorre quando determinada classe toma consciência de que só existe no confronto com outra e, assim, reconhece-se como específica, com seus objetivos próprios e independentes (MOURA, 2019, p. 140).

Nesse sentido, sem retomar aqui o debate sobre constituição das classes, o que demandaria um outro exercício teórico, partiremos do pressuposto gramsciano já bastante referenciado de “classe em si e classe para si”, na forma como aplicado por Moura (2019), para a análise de formas de organização e resistência do movimento negro no Brasil na forma de comunidades de terreiro de matrizes africanas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Clóvis Moura realizou importantes estudos sobre diferentes manifestações culturais do povo negro no Brasil (especialmente escolas de samba e terreiros de candomblé), buscando demonstrar como estes podem ser referenciais de resistência na dialética do real vs equipamentos culturais cooptados pelo sistema capitalista e referenciais de branquitude. A este movimento, que também pode ser lido como movimento das classes, Moura (2019) chamará de grupos diferenciados e grupos específicos, conforme já se viu.

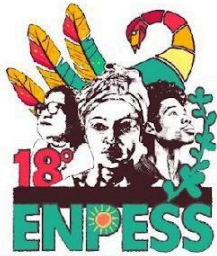
Por grupos diferenciados, o autor refere-se a uma parcela da população que, por um motivo ou outro, uma marca, é vista pela sociedade competitiva sob uma ótica especial, seja de aceitação ou rejeição. Já por grupo específico refere-se a outro nível de desenvolvimento ideológico, designa os padrões de comportamento criados pelo próprio grupo diferenciado com base na marca que lhe fora imputada. Nas palavras do próprio autor:

[...] o *grupo diferenciado* tem as suas diferenças aquilatadas pelos valores da sociedade de classes, enquanto o mesmo grupo passa a ser *específico* na medida em que ele próprio sente essa diferença e, a partir daí, procura criar mecanismos de defesa capazes de conservá-lo *específico* ou mecanismos de integração na sociedade (MOURA, 2019, p. 148, grifos do autor).

Ou seja, um grupo diferenciado assim o é porque foi designado. De outro lado, um grupo específico assume a diferenciação que lhe foi imposta como ferramenta de articulação social. Para os fins do debate aqui apresentado, compreende-se que o *negro* se caracteriza precisamente como um grupo diferenciado e específico dentro da classe trabalhadora brasileira. Isso porque, além de enfrentarem uma generalizada realidade de inferioridade socioeconômica, são determinados na sociedade burguesa por uma *marca* discriminatória, sendo estes, segundo Moura (2019, p. 149), os dois critérios que levam à formação desses grupos numa sociedade competitiva. Em outras palavras, “[...] o negro somente se sente específico porque é diferenciado inicialmente pelas classes e grupos sociais brancos” (MOURA, 2019, p. 152).

O que Moura está apontando é que grupos de afirmação da cultura afro-brasileira, como no caso dos candomblés e outras comunidades de terreiro, funcionam como grupos específicos dentro da e como resultado da sociedade capitalista competitiva, que uma vez conscientes da sua forma de se constituir, (re)elaboram esta afirmação como forma de resistência à situação social que lhes foi imposta [aos negros], contribuindo para que se impeça sua completa marginalização.

No contexto brasileiro, enquanto grupos diferenciados desde o momento em que foram lançados a uma diáspora forçada, os negros sempre se organizaram como grupos específicos na busca por construir pontes de resistência, resgate ou reconstrução dos elos roubados. Abdias Nascimento cita a República de Palmares no Brasil como um dos exemplos na “[...] longa história



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de lutas e resistência contra a dominação estrangeira, as quais constituem parte integral de nossa herança africana no continente e na diáspora” (NASCIMENTO, 2002, p. 46).

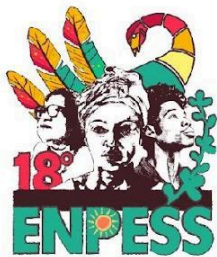
As religiões afro-brasileiras, a exemplo dos candomblés e umbandas, podem ser classificadas como grupos específicos de identidade negra nesse contexto. Ao longo da trajetória negra no Brasil, tais comunidades exerceram funções de centros de sociabilidade, de cura e dinamismo social para seus participantes (MOURA, 2019, p. 161). A espiritualidade afro-brasileira tem a peculiaridade de não constituir apenas um sistema de crenças sobrenaturais, mas um conjunto de saberes culturais, sociais, artísticos, culinários etc. Em suma, caracterizam-se, em sua origem, como modos de vida. Talvez por isso mesmo, devido à sua potência como sistema de resistência, houve tanto empenho do colonizador em tentar aniquilar tais manifestações. Isso porque, “para manter uma completa submissão do africano, o sistema escravista necessitava acorrentar não apenas o corpo físico do escravo, mas também seu espírito” (NASCIMENTO, 2016, p. 134).

Compreendendo então a categoria Mouriana de “grupos específicos e diferenciados”, exploraremos nos próximos tópicos como essa categoria pode auxiliar os estudos sobre as comunidades tradicionais de terreiro. À luz dos estudos de Moura, compreende-se que para além de uma análise culturalista, a compreensão dessas comunidades deve se dar no conflito de classes em uma sociedade poli étnica e estratificada em classes.

COMUNIDADES DE TERREIRO COMO GRUPOS ESPECÍFICOS: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES

Um dos aspectos de resistência da cultura negra no Brasil pode ser observado nas chamadas religiões de matriz africana ou religiões afro-brasileiras. Tais termos referem-se a sistemas culturais e religiosos criados ou sistematizados na diáspora negra brasileira por meio do resgate e preservação de conhecimentos fragmentários herdados dos negros outrora escravizados, tendo esses conhecimentos sido mesclados com outros de culturas indígenas locais e até mesmo da fé católica hegemônica.

Não cabe ao propósito desse breve estudo esmiuçar as características culturais das religiões afro-brasileiras e suas liturgias e peculiaridades, para esse fim a antropologia dispõe de diversas obras relevantes e com qualidade acadêmica reconhecida, a exemplo dos textos de Roger Bastide (1961), Renato da Silveira (2006), Pierre F. Verger (2018), dentre vários outros. O que é necessário destacar é que, ao se falar em candomblé, por exemplo, não se está falando de uma religião africana em terras brasileiras, mas de uma forma de organização cultural e religiosa



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

brasileira que preserva elementos herdados de culturas africanas. Nesse sentido, quando as comunidades afro-brasileiras ganharam atenção da academia, Roger Bastide (1961) descreveu os candomblés como “sobrevivências africanas”. Porém, falar em sobrevivências parece destacar o papel do colonizador (que teria deixado sobreviver) e mitigar o caráter de resistência sistemática dessas comunidades, reforçando a folclorização de seus conhecimentos. Abdias Nascimento critica estudos dessa natureza exatamente por passarem a impressão de que “[...] essas culturas existem porque receberam franquias e consideração num país livre de preconceito étnico e cultural” (Nascimento, 2016, p. 123).

Portanto, compreender a importância das religiões afro-brasileiras para a sobrevivência negra importa em ir além de uma análise culturalista, para compreender sua importância como fator de resistência à cultura hegemônica. Ao serem diferenciados na organização social por mecanismos de bargame existentes na estrutura social, dialeticamente, estes mesmos mecanismos não impedem que os negros se organizem em grupos específicos, como neste caso candomblés, quimbandas e umbandas, com o fim de resistirem e sobreviverem à exclusão social a que são expostos. Assim, de forma geral, se na sociedade de classes brasileira o negro se encontra nas mais baixas posições sociais e econômicas, por outro lado, “[...] no candomblé, nas suas associações recreativas etc., seus membros adquirem um *status* específico bem diverso daquele que eles possuem na sociedade de classes” (Moura, 2021, p. 280).

Ao se analisar as religiões afro-brasileiras como grupos específicos negros, seguindo a categoria cunhada por Moura (2019, 2021), percebe-se que muito mais do que “sobrevivências africanas” como indicava Bastide (1961), tais manifestações surgiram como pontos de resistência e sobrevivência, organizada pelos próprios negros, como forma de se contrapor à situação que lhes fora impingida na sociedade brasileira. Ou seja, enquanto na sociedade de classes uma pessoa negra poderia ser relegada às mais abjetas posições sociais, em uma comunidade de terreiro essa mesma pessoa poderia assumir uma posição de alta estima e respeito entre seus semelhantes.

Assim, enquanto grupos específicos negros, muito mais do que meras associações religiosas, as comunidades afro-brasileiras surgem não apenas como aparato cultural religioso, mas como “núcleos de resistência [negra] contra as forças que agem contra eles” (Moura, 2019, p. 281). Apesar desse potencial rebelador identificado, Moura (2019) não ignora a contradição de que tais grupos específicos estão sujeitos às mesmas limitações de qualquer ideologia religiosa. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que exerceriam grande influência para ampliar a consciência social de seus membros, de outro lado, por estar-se inserido num contexto religioso

estes sistemas também atuariam como freios de uma consciência dinâmico-radical. Nas palavras de Moura:

Essa dupla função se deve, de um lado à necessidade de essas camadas se organizarem, mas, de outro, às limitações estruturais de toda ideologia religiosa, incapaz de abrir caminho cognitivo até a perspectiva dinâmico-radical (Moura, 2019, p. 308).

Com isso, ao tempo em que reconhece o potencial das comunidades de terreiro para a organização política da população negra, Moura não ignora o fato de que, enquanto grupo fundado em laços religiosos, tais comunidades estarão sujeitas aos mesmos processos alienantes comuns a qualquer religião.

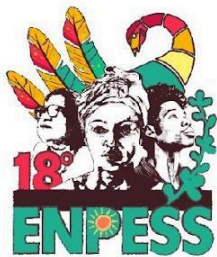
O que se destaca dos estudos de Moura (2021) é que, em princípio, para além de comunidades religiosas apenas, o resgate de uma cosmovisão afrocentrada serviria “[...] como força de união dos escravos contra o estatuto que os oprimia” (2021, p. 315), evidenciando o potencial desses grupos no movimento de fricção ideológica permanente com a sociedade que os oprimia. Em outro momento, Moura (2019, p. 173) explica que a preservação desses traços culturais só faz sentido porque eles se mostram úteis enquanto fatores de autopreservação na sociedade competitiva.

Nesse panorama, a ressignificação e estruturação de uma religiosidade de matriz africana em solo brasileiro não representou apenas a construção de espaços de sobrevivência, mas de espaços onde seria possível a [r]existência de uma cosmovisão mesmo paralela ao modo de produção expropriante e de exploração que fora imposto aos negros escravizados.

Por outro lado, ao passo em que não perdem a interação com a sociedade, a superioridade econômica, cultural e política das classes dominantes permite que, muitas vezes em um processo longo, a ideologia dominante penetre nesses grupos específicos levando a um processo que Moura chamará de “degenerescência”, ou seja, esses grupos entrariam em um processo de “[...] integração ideológica com a sociedade global. Vão, assim, perdendo a sua especificidade” (Moura, 2021, p. 316).

Tal processo de degenerescência pode ser muito bem exemplificado no embranquecimento das religiões afro-brasileiras na contemporaneidade. Reginaldo Prandi (1998) indica pedagogicamente a existência de três momentos na história de constituição das religiões afro-brasileiras ao longo do século XIX e XX: o sincretismo, o branqueamento e a africanização.

Prandi afirma que desde seu início as religiões afro-brasileiras teriam se formado em sincretismo com o catolicismo, dado que “o culto católico aos santos, de um catolicismo popular



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

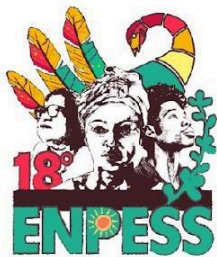
de molde politeísta, ajustou-se como uma luva ao culto dos panteões africanos” (Prandi, 1998, p. 153). Embora o sincretismo seja uma realidade, é necessário tomar o cuidado de não ignorar a origem violenta desse processo e a tensão existente entre a religiosidade hegemônica e as manifestações espirituais de herança africana.

Sobre o sincretismo, Moura (2003) destaca o importante papel da igreja católica na manutenção do regime escravista, tanto como aparelho de manutenção ideológica quanto como usuária de mão de obra escrava. Nesse contexto, Nascimento (2016) aponta que a noção equivocada de que o sincretismo religioso teria ocorrido de forma natural e amistosa seria uma de outras muitas mentiras e dissimulações destinadas a encobrir os crimes do colonizador.

De todo modo, preterindo a romantização do fenômeno que se observa em Prandi, há de se reconhecer o sincretismo como uma realidade que se instalou nas comunidades afro-brasileiras e, de forma contraditória, mas não surpreendente, acabou traduzindo-se também em forma de resistência dos povos negros, dado que “as religiões africanas, efetivamente postas fora da Lei pelo Brasil oficial, só puderam ser preservadas através do recurso da sincretização” (Nascimento, 2016, p. 133).

O sincretismo religioso, contudo, trouxe a consequência de se permitir o que Prandi (1998) chamou de branqueamento da religião negra. O autor aponta que o aparecimento do Kardecismo no Brasil e a ascensão da umbanda influenciaram um processo social de apagamento de características de origem africana. Processo este que duraria até os anos 1950, aproximadamente, e não mudaria o fato de que as religiões afro-brasileiras, inclusive a umbanda, continuariam sendo consideradas por muito tempo religiões negras, nem impediria que essas ainda fossem controladas pela saúde pública e pela polícia.

Já a partir dos anos de 1950, mudanças no cenário político e intelectual brasileiro e internacional levariam a que a sociedade saísse em “busca de suas raízes” e, nesse cenário, Prandi afirma que se iniciou um movimento, sobre o candomblé, chamado de africanização. Prandi (1998) não associa esse movimento de africanização a uma necessária vinculação dos membros de religiões afro-brasileiras com uma identidade negra, até porque grande parte dos adeptos de candomblé não é mais composta por população negra. Na verdade, o autor identifica essa africanização em uma aparente rejeição à sincretização. Ou seja, na tentativa de resgate de uma tradição mais “africana”, uma forma de o candomblé se colocar em pé de igualdade com a igreja católica, como religião autônoma, e não mais como religião subalterna ou religião do escravo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Essa evolução descrita por Prandi evidencia o processo de degenerescência descrito por Moura (2021). Um processo longo em que a ideologia dominante penetra determinado grupo específico e aos poucos apaga sua especificidade. Tem-se porém que essa degenerescência, decorrente do branqueamento das religiões afro-brasileiras não se traduz em maior aceitação dessas, que continuam sendo perseguidas e rechaçadas, especialmente com a ascensão de denominações neopentecostais pautadas em ideologias políticas profascistas. Apesar disso, as comunidades de terreiros de matriz africana seguem como importantes referenciais da resistência negra destacando-se na preservação de uma cosmovisão afro centrada em terra brasileira.

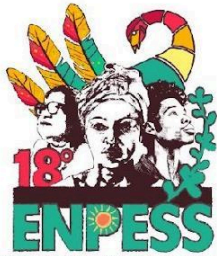
RACISMO RELIGIOSO COMO MANIFESTAÇÃO REACIONÁRIA

Como já se afirmou, compreendemos que a questão racial está imbricada no panorama do conflito de classes, e também que a formação de grupos específicos e diferenciados, como os grupos negros, são uma forma de resistência ao modelo de dominação imperial colonialista. Desse modo, as manifestações racistas, como os mecanismos de barragem descritos por Moura (2019), podem também ser lidas como reações contra as mobilizações e dinâmicas dos negros a fim de mantê-los em seu estado de submissão.

Nesse sentido, se as comunidades de terreiros de matriz africana são grupos específicos que surgem como resposta e resistência à dominação capitalista, compreendemos que os atos de intolerância não são manifestações apartadas do fenômeno do racismo, mas são manifestações deste.

A discriminação às religiões afro-brasileiras, segundo Nascimento (2017) geralmente tem uma dupla marca que permite afirmar seu aspecto racista. Primeiro, há uma exotização e demonização de tais crenças por serem não cristãs ou, mais precisamente, por não estarem ligadas à cultura europeia, dado que religiões não cristãs do tronco abraâmico não sofrem o mesmo tipo de violência. Outro ponto que marca essas discriminações é o próprio racismo em sentido estrito, uma vez que tais religiões foram formadas por pessoas negras a partir da constituição de elementos africanos e indígenas. Assim, o autor afirma que “ambas as dimensões estão interligadas, de modo que, na maioria dos casos, a própria exotização e demonização é um produto do racismo” (NASCIMENTO, 2017, p. 53).

Afirma-se então que as práticas discriminatórias comumente chamadas de intolerância religiosa no Brasil, quando dirigidas a religiões de matriz africana, não se mostram apenas como um incômodo com o diferente, mas apresentam-se como um aspecto específico do racismo, ou seja, como racismo religioso, que subjuga tais religiões a posições inferiorizadas na ordem de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

valores sociais. Racismo religioso seria então uma forma de manifestação peculiar desse fenômeno, que atinge especialmente religiões de matriz africana, tais como os candomblés e as umbandas.

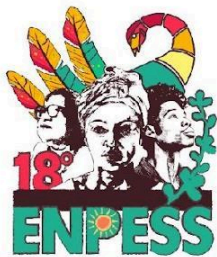
Já apontamos a partir do diálogo entre Moura (2019) e Prandi (1998) a ocorrência de um processo de degenerescência e branqueamento das tradições afro-brasileiras. Porém, esse movimento não se traduz em redução das adversidades a que estão expostas. Como aponta Maurício Oliveira de Araújo (2007), o que se observa no final do século XX e início do XXI é uma luta por ampliação da dimensão religiosa no espaço público que ocorre se reforçando o discurso da religiosidade hegemônica, com destaque para o crescimento vertiginoso de algumas denominações evangélicas nas últimas décadas. Esse contexto aponta para uma necessidade de que o combate às intolerâncias e ao racismo cultural-religioso ultrapasse o âmbito de promoção individual de identidades negras para ocupar de forma urgente o debate público.

Ricardo Mariano (2004, p. 124) aponta que as religiões neopentecostais se caracterizam, principalmente, por enfatizar a guerra espiritual contra o diabo e os representantes deste na terra, e também pela chamada teologia da prosperidade. Como acreditam (ou, pelo menos, afirmam acreditar) em sua missão de eliminar o mal do mundo, tais cristianismos têm sido marcados pela associação de quaisquer outras práticas religiosas com atuação de entidades “demoníacas”. Acontece que, no Brasil, essa associação tem atingido especificamente religiões de matriz africana, reacendendo as associações das deidades africanas com a própria figura do diabo e referenciando as incorporações litúrgicas como possessões demoníacas (Santana; Santos, 2021, p. 109).

Gilciana Paulo Franco, ao analisar dados de crimes de intolerância religiosa no Brasil, concluiu que “vivenciamos no Brasil uma verdadeira guerra contra as religiões de matriz africana” (Franco, 2021, p. 41) e, nesse contexto, chamou atenção ao fato de serem crescentes os relatos de ataques de religiosos neopentecostais a terreiros, o que seria evidência de que a colonialidade é uma realidade ainda na sociedade contemporânea.

Nesse panorama, para além da resistência por meio da permanência em si mesma considerada, o debate sobre o combate ao racismo e a promoção de maior igualdade religiosa precisa romper o âmbito privado e adentrar ao debate público. Araújo (2007) indica que existe um processo observado no contexto brasileiro, em que ocorreria uma luta por ampliação da dimensão religiosa do espaço público, e não pela laicização deste.

Acontece que essa ampliação da dimensão religiosa do espaço público ocorre reforçando-se o discurso da religiosidade hegemônica e, por isso, Araújo (2007) afirma que o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conflito político que caracteriza o racismo religioso não pode ser resolvido no âmbito privado, mas precisa estar presente de forma clara no debate público. Por isso mesmo, defende-se aqui a necessidade de entender o combate ao racismo religioso como uma forma de promover o direito fundamental à liberdade de crença e culto, e esse debate deve ultrapassar o âmbito privado.

AS COMUNIDADES DE MATRIZES AFRICANAS COMO MECANISMO DE RESISTÊNCIA

Na atualidade temos nos deparado com variados casos de ataques às comunidades de terreiros de matrizes africanas e aos praticantes dessas religiões³. Os atos de violência têm sido divulgados pela mídia⁴ e algumas iniciativas para facilitar as denúncias e investigações dessas ações contra essas comunidades e contra seus membros vem sendo realizadas.

Nesse sentido, podemos verificar que a criação da Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância/DECRADI instituída por determinação da Lei n.º 5931/2011 tem por objetivo dar tratamento especializado nas investigações desse tipo de delito.

Outro mecanismo de denúncia é o disque 100, principal canal da Ouvidoria de Direitos Humanos no qual a população pode realizar denúncias por meio de contato telefônico e que acolhe, desde 2011, denúncias relacionadas aos ataques de intolerância religiosa.

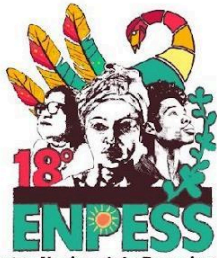
Esses são alguns dos mecanismos disponíveis que resultaram das demandas apresentadas principalmente pelos membros de comunidades de matrizes africanas na efetivação de proteção ao seu direito constitucional de exercer sua fé e manter suas práticas e modos de culto.

Entretanto, é preciso identificar que as formas com que os negros diaspóricos exerceram as estratégias para manutenção de seus modos de vida criados em diáspora não começam com as políticas públicas executadas pelo Estado, como algumas que abordamos aqui.

As lutas dos negros para manutenção de seus modos de vida se materializam nas variadas estratégias de sobrevivência e de resistência como nos apresenta Clóvis Moura (2014). Seja na instauração de Palmares, nas revoltas e insurgências negras ou na conformação das comunidades de terreiros de matrizes africanas como grupo específico, observamos o negro diaspórico no processo de enfrentamento das variadas violências que lhe foram impetradas desde

³ Os dados do “II relatório sobre intolerância religiosa: Brasil, América Latina e Caribe” evidenciam que, em geral, as ações de violência cometidas contra grupos religiosos têm como principais vítimas as comunidades de terreiros de matrizes africanas e/ou os membros dessas.

⁴ Entre os anos de 2014 e 2021 foram publicadas 38 reportagens denunciando violências contra as comunidades de terreiros de matrizes africanas e/ou seus membros ocorridos no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Essas reportagens foram divulgadas pelos seguintes jornais de ampla circulação: “O extra online”, “G1”, “Folha de São Paulo” e “O dia”. (BARROS, 2022).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

as invasões coloniais e processo de escravização.

No Brasil as religiões de matrizes africanas se conformam de maneiras distintas no território brasileiro, conforme nos demonstra João Reis (1988) ao identificar os calundus, batuques e candomblés como nomenclaturas das variadas manifestações dessas religiões negras no território brasileiro. Além de observar que as autoridades católicas do período colonial identificavam essas comunidades como formas de sociedade.

Ao longo da formação social brasileira podemos verificar que as comunidades de matrizes africanas desde sua conformação foram perseguidas⁵ e frontalmente atacadas pela lógica de apagamento e mercadorização do negro.

A destruição de seus modos de vida e religiosidades foram e seguem como resultado da estruturação e fortalecimento do racismo, pois estruturam a sociedade do capital no processo de subalternização do negro.

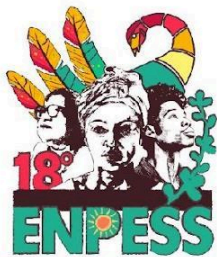
Se no período do colonial-escravismo, nos termos de Gorender (2016), as perseguições e invasões a essas comunidades estavam relacionadas às relações de sujeição impetradas pela classe dos senhores (classe dominante) à classe dos escravizados (classe dominada), na atualidade elas seguem reelaboradas, mas fortalecidas pelo racismo estrutural que se apresenta na face do racismo religioso.

Como identifica Verger (2018) as batidas policiais nessas comunidades de terreiro aconteciam sob o pretexto de combate aos potenciais levantes negros e é preciso dizer que ainda hoje a ideologia de demonização criada contra essas comunidades está diretamente ligada à estratégia de enfraquecimento das potencialidades que essas comunidades possuem como grupo específico e conseqüente fortalecimento encontrado nos modos de vida dentro dessas comunidades.

Historicamente as comunidades de terreiro viabilizaram a continuidade e perpetuação de conhecimentos e saberes ancestrais dos negros como cuidados com a saúde, culinária, música, arte, formas de culto e de socialização de grupos étnicos africanos.

O que o processo de escravização e colonização tentou apagar, essas comunidades de terreiro que resistiram e possibilitaram a manutenção da cultura e religiosidades negras e serviram de cenário para reorganizar a sociabilidade negra que foi perpassada pela violência da escravidão. Os grupos étnicos como bantus e iorubas precisaram se reconfigurar e, pela própria

⁵ O aparato jurídico-legal construído desde o período colonial até a Primeira República (Ordenações Philippinas, Constituições Nacionais e o Primeiro Código Penal da República de 1891) legitimavam a perseguição e criminalização de práticas culturais e religiosas negras.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estratégia do sincretismo entre diferentes etnias negras⁶, reelaborar suas crenças e conformar novas formas de exercer suas relações sociais.

Precisamos considerar que as comunidades de terreiro de matrizes africanas não passam inalteradas pelas relações capitalistas, conforme se observou em Prandi (1998). Não nos interessa aqui a defesa de um essencialismo negro, mas o que demonstramos nessa breve explanação é que embora conformadas em um contexto sócio-histórico de estruturação e desenvolvimento do modo de produção capitalista, essas comunidades são formas de resistência e guardam elementos importantes da epistemologia negra.

Se na lógica judaico-cristã a ideia do *religare* está diretamente relacionada a uma necessidade de reconexão do sujeito com sua divindade após um rompimento no Éden, os iorubas compreendem que o Orixá é seu ancestral e de quem ele diretamente descende, enquanto os bantus compreendem seus Nkissis como forças da natureza com as quais podem se relacionar.

Nesse sentido, o processo histórico de formação do candomblé demonstra que a reconexão que o negro diaspórico pretendeu fazer foi a elaboração de comunidades que possibilitassem a reconstrução de suas relações sociais anteriores ao sequestro e escravização impetrados pela colonização, mas agora dentro dos limites da diáspora.

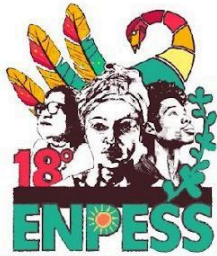
Portanto, observamos que as comunidades de terreiro de matrizes africanas podem ser interpretadas como grupo específico que historicamente resistiram às variadas tentativas de apagamento dos modos de vida dos negros e seguem na atualidade como lugares de manutenção desses modos de vida criados em diáspora e permitem a continuidade das práticas ancestrais negras e das suas epistemologias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No debate aqui proposto, ao explorar a categoria de “grupos específicos e diferenciados” desenvolvida por Clóvis Moura, destacamos como as comunidades de terreiro de matrizes africanas se configuram não apenas como espaços de prática religiosa, mas também como núcleos de resistência e autopreservação da população negra no Brasil.

Esses grupos, ao se organizarem em torno de uma cosmovisão afrocentrada, desafiam a hegemonia cultural e as estruturas de opressão impostas pela sociedade capitalista e racista. As religiões afro-brasileiras, longe de serem simples “sobrevivências africanas”, emergem como

⁶ É importante demarcar que o sincretismo não foi estratégia dos negros apenas utilizando elementos da fé católica romana, mas também sincretizaram os Orixás com Voduns e Nkisi.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

respostas ativas à exclusão social e racial, criando espaços onde a identidade e a dignidade negra são resgatadas, reconstruídas e reafirmadas.

Contudo, conforme Moura aponta, essas comunidades não estão isentas das contradições inerentes à inserção em uma sociedade dominada por uma ideologia capitalista. A degenerescência observada no processo de branqueamento dessas religiões exemplifica como a penetração da ideologia dominante pode corroer a especificidade desses grupos, embora não diminua a persistente marginalização e o preconceito que sofrem.

O racismo religioso, manifestado de forma exacerbada contra as religiões de matriz africana, é uma expressão direta do conflito de classes e da luta pela manutenção da ordem social vigente. A violência dirigida a essas comunidades, muitas vezes impulsionada por setores neopentecostais, evidencia a continuidade da racionalidade colonial imperialista no Brasil contemporâneo e a necessidade urgente de se levar o debate sobre intolerância e racismo religioso ao espaço público.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maurício Oliveira de. **Do combate ao racismo religioso à afirmação da alteridade negra: as religiões de matriz africana e a luta por reconhecimento jurídico**. Dissertação: Mestrado em Direito. Orientação: Miroslav Milovic. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

BARROS, L.P. **Racismo religioso: uma outra face do racismo estrutural na formação social brasileira**. 2022. 107 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

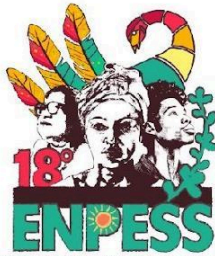
BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia**: Rito Nagô. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1961.

DIAS, B.B.; SANTOS, C. A. I. dos; SANTOS, L. C. I. dos. **II Relatório sobre intolerância religiosa: Brasil, América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: CEAP, 2023. FRANCO, Gilciana Paulo. As religiões de matriz africana no Brasil: luta, resistência e sobrevivência. **Sacrilegens**, v. 18, n. 1, p. 30–46, 8 set. 2021. DOI 10.34019/2237-6151.2021.v18.34154. Acesso em: 24/07/2024.

FRANCO, Gilciana Paulo. As religiões de matriz africana no Brasil: luta, resistência e sobrevivência. **Sacrilegens**, v. 18, n. 1, p. 30–46, 8 set. 2021. DOI 10.34019/2237-6151.2021.v18.34154. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/34154>. Acesso em: 17 set. 2023.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, p. 121–138, dez. 2004. DOI



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

10.1590/S0103-0142004000300010. Acesso em: 22/07/2024.

MOURA, Clóvis. **A encruzilhada orixás: problemas e dilemas do negro brasileiro**. Maceió [Brazil]: EDUFAL, 2003.

MOURA, Clóvis. **O Negro, de bom escravo a mau cidadão?** 2. ed. São Paulo, SP: Editora Dandara, 2021.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2ª edição. São Paulo, SP, Brasil: Perspectiva, 2019 (Palavras negras).

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo, SP: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. O fenômeno do racismo religioso: desafios para os povos tradicionais de matrizes africanas. **Revista Eixo (IFB)**, v. 6, n. 2 (especial), p. 51–56, 2017. Disponível em: <https://x.gd/cDkEk>. Acesso em: 4 out. 2023.

PRANDI, Reginaldo. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. **Horizontes Antropológicos**, v. 4, n. 8, p. 151–167, jun. 1998. DOI: 10.1590/S0104-71831998000100008. Acesso em: 21/07/2024.

REIS, J. J. Magia Jeje na Bahia: a invasão do calundu do Pasto de Cachoeira, 1785. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 8, n. 16, mar./ago. 1988.

SANTANA, Cleilton Pazini; SANTOS, André Filipe Pereira Reid dos. O Demônio São os Outros: a discriminação ao Candomblé como manifestação do racismo. **Revista Calundu**, v. 5, n. 2, p. 98–120, 2021. Disponível em: <https://x.gd/o5cts>. Acesso em: 4 out. 2023.

SILVEIRA, Renato da. **O Candomblé da Barroquinha**: processo de constituição do primeiro terreiro bahiano de keto. Salvador: Edições Maianga, 2006.

VERGER, P. **Orixás**: deuses iorubás na África e no novo mundo. Salvador: Fundação Pierre Verger, 2018.